

Situação das Cooperativas de Materiais Recicláveis de Campinas

Aos

Vereadores da Câmara Municipal de Campinas

O Fórum Lixo&Cidadania RMC está recebendo alguns relatos sobre visitas técnicas que as cooperativas estão recebendo de representantes da Prefeitura Municipal de Campinas. Abaixo foram compilados alguns acontecimentos recentes relatados por catadores cooperados e dos quais pede-se encarecidamente uma atenção especial, dado a assimetria de poder, o caráter precário do trabalho, a vulnerabilidade dos cooperados e a urgência do tema.

O GT PMC-Cooperativas, em acordo com o Comitê Gestor Pós-Covid, composto por representantes de diversos órgãos da Prefeitura Municipal de Campinas, apresentou a proposta de avaliar a situação dos espaços de trabalho dos cooperados e propor formas de auxiliar as cooperativas na implementação das melhorias necessárias, nesse momento do retorno das atividades da coleta seletiva. Também foi acordado com as cooperativas que as visitas seriam agendadas previamente e contariam com o acompanhamento de um representante do Fórum Lixo&Cidadania RMC.

Após a assinatura dos contratos de triagem e/ou coleta de recicláveis por parte das cooperativas, as visitas passaram a acontecer sem aviso prévio, não mais em grupos e sem a presença de representantes do Fórum Lixo & Cidadania RMC. Cada setor da PMC individualmente passou a fiscalizar os espaços de trabalho das cooperativas e exigir que as melhorias acontecessem em prazo cada vez mais exíguo e sem contrapartida da prefeitura, que muitas vezes é responsável por ceder o espaço e a estrutura. As visitas ocorreram com característica fiscalizatória, sem a proposta inicial de instruir e sem contrapartida da prefeitura em um plano compartilhado de adequação. Dentre as exigências, por exemplo, destacam-se a necessidade de construção de espaço em alvenaria para conter rejeitos e vidros; autorização de funcionamento do Corpo de Bombeiros (AVCB); e alvará de funcionamento, que não deveria ser necessário para empreendimentos que possuem documento legal de concessão de espaço cedido pela própria Prefeitura, que também provê a infraestrutura de trabalho dos cooperados, normalmente barracões de lona. Em algumas cooperativas foi relatado terem recebido representantes de até 12 departamentos da prefeitura.

Algumas exigências relatadas são sem sentido, principalmente considerando o perfil de quem trabalha com reciclagem, por exemplo, exigir uso de copo plástico de uso único no lugar da caneca individualizada criando mais despesas para as cooperativas. Existem ainda cooperativas cujas notificações se não cumpridas as exigências correm o risco de ter de paralisar suas atividades. Adicionalmente, ao notado abuso de extrapolação da função do GT e do desacordo entre solicitações e legislação vigente, ainda foi observado a prescrição de prazo para adequação não exigível, normalmente de 7 dias. A isso se soma um adensamento de visitas não observados em outros setores/atividades.

Além das cobranças relatadas acima as cooperativas vêm sofrendo com a redução drástica dos materiais recicláveis recebidos da prefeitura a partir da contratação pelos serviços prestados, ficando paralisadas alguns dias da semana sem materiais para triar, além disso relatam muita inconstância na hora de entrega, podendo adentrar a madrugada, tendo de deixar alguém a noite toda aguardando o caminhão, que às vezes não vem.

Uma carta contendo esses mesmos pontos também foi encaminhada para o MPT e Ministério Público para conhecimento e providências.

Gostaríamos de solicitar providências:

- 1) Paralisação da transcrição dos prazos e o congelamento das exigências dos órgãos fiscalizatórios até que se entenda i) se o órgão tem poder fiscalizatório, ii) se as exigências estão aderentes a natureza da atividade, iii) a contrapartida da prefeitura para estabelecimento de TAC.
- 2) Garantia de cumprimento das regras acordadas antes da assinatura do contrato.
- 3) Normalização da entrega de materiais com cronograma de entrega.
- 4) Conciliação e publicação do número de toneladas pagas para transporte de recicláveis e entregues às cooperativas.
- 5) A necessidade da celeridade da prefeitura trazer grandes geradores de resíduos para as cooperativas e a implantação do projeto nas escolas públicas municipais em parceria com o MPT, incluindo as cooperativas para fazer a coleta nesses equipamentos públicos. (este último foi um projeto citado pelo secretário Ernesto Paulella na 32ª Audiência Pública de 2021, realizada em 21 de setembro, às 11h01 no Plenário da Câmara Municipal de Campinas)
- 6) Tratamento digno e reconhecimento de que as cooperativas realizam um trabalho fundamental para o município, que precisa suportar seu funcionamento com programa de capacitação e suporte técnico.

O Fórum Lixo & Cidadania RMC se coloca à disposição para esclarecer e aprofundar o tema e pede celeridade devido à gravidade da situação em que as cooperativas se encontram.

Fórum Lixo & Cidadania RMC
Emília Wanda Rutkowski
coordenação